

A reorganização hospitalar não deve servir para encerrar serviços públicos

15 Dezembro, 2015

Posição conjunta da Direção da União de Sindicatos da Guarda/CGTP-IN e da DRBA do SEP sobre "A reorganização Hospitalar não deve servir para encerrar serviços públicos".

A Direção Regional da Beira Alta do SEP e a Direção da União Sindicatos da Guarda/CGTP-IN estão contra mais este processo, que à boleia da dita reestruturação da rede de referência de diversas especialidades médicas, constrói um caminho que leva à sangria de recursos humanos, muitos deles formados na Escola Superior de Saúde da Guarda e na Faculdade das Ciências da Saúde na UBI, o necessário caminho de confluência político não pode estar dissociado além dos edifícios à necessária política de recursos humanos, aliados às oportunidades formativas pós graduadas de todos os profissionais de saúde, este o único caminho para travar o esvaziamento ou redução da resposta diferenciadora dos serviços públicos de saúde às populações do distrito da Guarda.

Estamos preocupados e unimos para o esclarecimento e mobilização das populações na defesa intransigente de mais e melhores serviços públicos de proximidade, não apenas na exigência de mantermos a oncologia médica – hospital dia e internamento, mas o reforço de um serviço de excelência que sempre foi a pneumologia, é necessário e imprescindível que todos os profissionais de saúde formados na ULS da Guarda se fixem e possam desenvolver a sua actividade, inclusive um processo gradativo de diferenciação clínica, como aconteceu com dezenas de enfermeiros que especializaram em diversas áreas, desde médico-cirúrgica, passando pela reabilitação, saúde infantil e pediátrica, saúde materna e obstétrica e naturalmente na saúde comunitária, nesta área não passou do papel as experiências piloto do enfermeiro de família, onde constava a UCSP de Gouveia. Infelizmente o governo anterior, PSD/CDS não valorizou o papel fundamental dos enfermeiros no seio do SNS.

As oportunidades encontradas em algumas áreas de especialização médica devem ser extensivas a todas, principalmente às mais carenciadas, discordamos que o mecanismo de diferenciação seja apenas e só de natureza pecuniária, devem ser criadas condições objectivas de incentivos de financiamento tendo em conta o elevado grau de dependência e índices de envelhecimento populacional, incentivo de financiamento às intervenções de todos os profissionais de saúde e não apenas numa visão biomédica, só assim as instituições públicas de saúde do interior que integram o Serviço Nacional de Saúde poderão ombrear com as dificuldades em fixar os jovens profissionais de saúde, este o sangue novo para impulsionar e rejuvenescer as gerações de profissionais de saúde que formam no passado os pioneiros do nosso SNS, estes também têm um dever activo na revitalização do SNS, aliando vontades expressas nas necessidades das populações e na dignificação e valorização económica e social de todos os profissionais de saúde.

Não podemos perder mais valências nos hospitais que integram a ULS da Guarda, temos que combater a falta de investimento nos serviços públicos de saúde, pois há capacidade instalada em estruturas físicas, nomeadamente nos Blocos Operatórios, este fundamentais para combater as listas de espera, infelizmente a grave carência de profissionais de saúde, mais de sessenta enfermeiros, anesthesiologistas, cardiologistas, ortopedistas, entre outros profissionais dificulta claramente a gestão atempada de resposta às dificuldades e necessidades das populações.

Não podemos esquecer as características geográficas de acessibilidades e demográficas como o envelhecimento da população, tentar acabar ou limitar o acesso aos cuidados de saúde destas populações é desumano, injusto e

afronta os princípios e direitos básicos dos cidadãos como consagra a Constituição da República Portuguesa. Temos um novo Governo do PS com apoio no Parlamento dos Partidos á sua esquerda que dão garantias de apoiar compromissos por uma política alternativa, fundada nos direitos e aspirações dos utentes e profissionais, em defesa de um SNS universal, geral e gratuito, numa clara rutura com a política de direita, a nós, enquanto movimento sindical de classe, fundido na grande central sindical, a CGTP-IN continuamos a defender a revogação de todos os instrumentos potenciadores de uma castração de serviços, está á boleia da famosa Portaria 82/2014 e eximos uma efectiva e verdadeira reorganização hospitalar para fortalecer a resposta pública e não permitir fragilidades que dêem azo ao florescimento do sector privado, como aconteceu no Nordeste Transmontano ou em Coimbra, exemplos bem próximos.